



Relatório  
e **contas**

11

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 30 de Maio de 2012



**COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.**

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo  
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Colectiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio – 1.945.543,97 Euros



## Índice

<b>Órgãos Sociais</b> .....	8
<b>Relatório de Gestão</b> .....	10
<b>Contas do Exercício</b> .....	24

## Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 Nota Introdutória.....	29
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras .....	30
3 Principais políticas contabilísticas .....	31
4 Fluxos de caixa .....	41
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	42
6 Activos fixos tangíveis.....	43
7 Accionistas/sócios.....	44
8 Outros activos financeiros.....	44
9 Impostos sobre o rendimento .....	45
10 Clientes .....	48
11 Estado e outros entes público.....	49
12 Outras contas a receber .....	50
13 Diferimentos .....	50
14 Capital realizado .....	51
15 Reservas legais.....	51
16 Resultados transitados.....	52
17 Outras variações no capital próprio.....	52
18 Financiamentos obtidos .....	52
19 Outras contas a pagar .....	53
20 Fornecedores.....	54
21 Vendas e serviços prestados .....	54
22 Subsídios à exploração.....	55
23 Fornecimentos e serviços externos .....	56
24 Gastos com o pessoal .....	57
25 Aumentos/reduções justo valor.....	58
26 Outros rendimentos e ganhos.....	58
27 Outros gastos e perdas .....	59
28 Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	60
29 Juros e gastos similares suportados.....	60
30 Divulgações de partes relacionadas .....	60
31 Acontecimentos após a data de balanço.....	61
32 Outras informações .....	62

<b>Certificação Legal de Contas</b> .....	65
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único</b> .....	67

## Órgãos Sociais

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

### FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109  
Rep. por João Albino Cordeiro Augusto – (Roc. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – (Roc. 862)





## **Relatório De Gestão**

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.( SG), submeter à accionista a apreciação e aprovação e apresentar ao público em geral, o Relatório e Contas respeitante à actividade desenvolvida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No final deste exercício, o Conselho de Administração sofreu uma alteração, pois a seu pedido, o Superintendente Chefe Nuno Pinto Coelho Homem da Costa renunciou ao cargo de Presidente que desempenhava, tendo sido eleito por Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 2012, com efeitos a partir de 01 de Março de 2012, o Senhor Doutor Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves.

### **APRESENTAÇÃO**

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Cural das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por acções, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

### **ENQUADRAMENTO GERAL**

A SG no sector interurbano está implantada no mercado como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua actuação prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, como empresa pública e social que actua na área da mobilidade interurbana, de contribuir para o desenvolvimento das populações nas zonas da sua actuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua actividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade diária.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico e artístico. Deste modo, a SG, através da sua actividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, assim como durante a sua atividade normal.

## **ACTIVIDADE**

A descida da procura continua a verificar-se de forma significativa, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional como Nacional, onde impera medidas de austeridade, que incluem, entre outras, a redução de salários, que, conjugada com a forte restrição ao crédito e com as elevadas taxas de desemprego, tem efeitos negativos no consumo das famílias, logo, contribuindo fortemente para a descida da procura na nossa actividade.

É de relevar que este exercício está a ser comparado com um exercício que não teve uma actividade normal, pois, as várias intempéries que assolaram a Região em 2010 provocaram uma descida anormal na sua actividade

A SG com o objectivo de reduzir custos e adaptar a oferta à procura, reajustou alguns horários em todas as redes, Camacha, Curral e Santana e introduziu os novos títulos combinados (F1), com a sua accionista Horários do Funchal.

## **SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS**

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspectos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial.

## **OFERTA**

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

O total de Km percorridos foi de 1.623.849.

A produção de km, mesmo assim, subiu 0,9 %, em relação ao ano anterior, resultado de reajustamentos efectuados no horário de algumas carreiras, na rede da Camacha, Curral das Freiras e Santana e principalmente porque os Km produzidos no serviço das escolas passaram a estar incluídos no serviço interurbano em vez de alugueres.

A oferta, aferida pelo indicador de L.K.O. subiu 2,7%, em resultado da subida da lotação média e da produção do número de km úteis. A lotação média manteve-se nos 59 lugares.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi a seguinte:

- Rede da Camacha, 21,6km/h
- Rede de Santana, 27,7 km/h
- Rede do C. Freiras, 25,1 km/h.

Foram realizadas 60 679 viagens.

O quadro seguinte resume, comparativamente, com o ano anterior, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Km Úteis	1.456.515	1.470.844	14.329	0,98%
Km em vazio	153.100	153.005	-95	-0,06%
Total Km	1.609.615	1.623.849	14.234	0,88%
% Km Vazios	9,5	9,4	0	-1,05%
L.M.	59	60	1	1,69%
L.K.O.	85.934.390	88.250.657	2.316.267	2,70%
Viagens realizadas	60.614	60.679	65	0,11%
Velocidade Média (Km)	25	25	0	0,00%

## PROCURA

O número de passageiros transportados, regista uma descida de 1,75 %. A queda na procura verifica-se em todos os principais destinos, Camacha, Santo da Serra, Curral, R.º Frio, Poiso e Santana.

A descida na procura reflectiu-se nas vendas de todos os títulos disponíveis, da seguinte forma:

- Bilhetes .....-3,5%;
- Passe social .....-0,3%;
- Passe estudante .....-3,5%.

Como principais motivos da baixa da procura, a SG atribui à crise económica, à elevada taxa de desemprego, e à redução do número de turistas que utilizaram o transporte em autocarro nas deslocações pela Ilha.

A título de exemplo é de referir que o habitual desdobramento para o R.º Frio, pelo aumento pontual da procura originada pelos clientes/turistas, deixou de ser efectuado, o mesmo acontecendo em relação ao Curral das Freiras, onde se notou, claramente, a falta do cliente/turista.

Foram transportados 1.722.983 passageiros no serviço regular das carreiras.

Aferido o número de passageiros transportados, a procura caracterizou-se da seguinte forma:

- Bilhetes..... 39,0 %
- Passe Social..... 34,5 %
- Passe Estudante ..... 22,7 %
- Passe Social Sénior..... 3,63%
- Passe Pensionista..... 0,5 %

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente com o ano anterior, os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
P.T.	1.753.675	1.722.983	-30.692	-1,75%
P.M.	19	19	0	0,00%
P.K.T.	32.688.651	32.116.549	-572.102	-1,75%
T. O. (%)	38,00	36,04	-1,96	-5,16%
B.T.M.	0,08	0,08	0,00	0,00%

## **FISCALIZAÇÃO**

Foram fiscalizadas 8.555 viagens, o que corresponde a 14% do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 155 179, o que representa 9 % do total dos passageiros transportados.

Foram detectadas apenas 4 infracções e no ano anterior 9.

Tipo de fraude mais frequente:

- Passageiro sem título de transporte, com 1 infracções;
- Passageiro com título além da zona, com 3 infracções.

## **PARAGENS**

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com normalidade e com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objectivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

**SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO****OFERTA**

A actividade operacional do serviço de turismo, desenvolveu-se com normalidade não obstante a desfavorável conjuntura sócio – económica que condiciona este sector.

Os indicadores da oferta registaram um acréscimo resultante do maior número de serviços efectuados.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta, nos serviços com Agências:

<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Veículo/Km (total)	431.324	449.337	18.013	4,18
Lotação média	46	46	0	0,00
Lugares Km oferecidos	16.426.925	16.893.014	466.089	2,84
Serviços realizados	6.904	7.240	336	4,87
Frota (unidades)	46	43	-3	-6,52

A frota disponível, manteve a tipologia de 53 e 24 lugares, num total de 43 unidades.

**PROCURA**

No serviço de Turismo registou-se um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, no que respeita ao serviço para as agências de viagens. Baixou nos alugueres ocasionais. A principal perda foi o cliente Escola de Santana, responsável por esta baixa no serviço.

Os quatro clientes que proporcionaram maior volume de facturação foram as agências de viagem Blandy, J. M. Ferraz, Eurofunchal e Abreu.

Os principais indicadores da procura estão representados no quadro seguinte:

<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Passageiros Transportados	426.082	465.915	39.833	9,35
Percurso médio	49	47	-2	-4,93
Passageiros/Km transportados	12.682.378	13.492.406	810.028	6,39
Taxa de ocupação (%)	77,20	79,87	2,67	3,46

## MERCADO

A SG está no mercado com um posicionamento orientado pela qualidade e transparência comercial, enquanto alguma concorrência tem optado pela estratégia do preço mais baixo.

A procura tem vindo a descer, quando comparada com anos anteriores. No entanto a subida no serviço de Turismo, deste exercício, comparada com o exercício anterior, reflete-se no resultado das várias intempéries que assolaram a nossa Ilha no ano de 2010. Por outro lado, a estratégia do preço mais baixo, levada à prática por parte da concorrência, associada à crise actual, leva a que a SG perca poder negocial no que concerne ao preço de venda dos seus serviços.

O material circulante, viaturas, embora ainda com uma aceitável imagem já demonstra estar desactualizado e com uma média de idade também elevada, face às modernas marcas que alguma concorrência apresenta.

## RECURSOS HUMANOS

O quadro de funcionários da SG estabilizou ao longo dos últimos anos, embora neste exercício houvesse uma redução de 3 trabalhadores e sem qualquer admissão.

Os principais indicadores dos recursos humanos são os seguintes:

<b>Indicador</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Nº Funcionários	79	76
Taxa de contratos a termo	8,9%	9,2%
Saídas	4	3
Entradas	2	0
Faltas (em nº horas)	3.166	3.044
Taxa Trab. Suplementar	18,2%	17,5%
Formação		
Cursos	4	3
Formandos	21	20
Horas formação	676	333
Exames médicos periodicos	11	51
Exames médicos ocasionais	79	93
Acidentes de trabalho	2	0
Álcool testes	2.237	2.290
Testes positivos	0	1

## FROTA E MANUTENÇÃO

A SG terminou o ano com 101 autocarros, sendo 58 para o serviço Interurbano e 43 para o Turismo, ficando assim distribuídos pelas seguintes marcas:

<b>Marca</b>	<b>S. Interurbano</b>	<b>S. Turismo</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Scania	12	10	22	21,78%
Volvo	46	21	67	66,34%
Daf		3	3	2,97%
Toyota		9	9	8,91%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>43</b>	<b>101</b>	<b>100 %</b>

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço interurbano – 23,2 anos;
- Serviço de turismo – 11,8 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas SG, destacando-se as seguintes intervenções:

- Pintura geral - Foram transferidas 3 viaturas do serviço de turismo para o interurbano, efectuando-se apenas a pintura geral;
- Reconstrução – Não foi efectuada qualquer reconstrução em viaturas;
- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões periódicas em todas as viaturas. Foram efectuadas 287 revisões nas viaturas SG, mais 43 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 205 inspeções periódicas às viaturas, mais 17 que no ano anterior.

Custo/km - O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 1,15 euros, para as viaturas afectas ao serviço de turismo e de 1,16 euros para as do serviço interurbano.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano manteve-se praticamente inalterada em relação ao ano anterior, 59 L/100 km. No serviço de turismo foi de 49 L/100 em 2010 e em 2011 desceu para 48 litros.

## AMBIENTE

A SG está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.



A nossa política ambiental passa pelos seguintes parâmetros:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação.
- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais.
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final.
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável.
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos.
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da SG.

## SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS

	S. Interurbano	S. Turismo	Total
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos pessoal	1.327.741	307.630	1.635.371
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	957.856	242.317	1.200.173
Forn. serv. Externos-Outros	1.177.433	551.915	1.729.348
Gastos dep. Amortizações	75.783	62.438	138.222
Gastos e perdas financiamento	15.107	15.077	30.184
Restantes gastos e perdas	30.919	43.377	74.295
	<b>3.584.839</b>	<b>1.222.754</b>	<b>4.807.593</b>
<i>Rendimentos e ganhos</i>			
Prestação de serviços	2.399.845	1.225.489	3.625.334
Ind. Compensatória-ent.públicas	785.147	0	785.147
Restantes rend. e ganhos	111.034	13.783	124.817
	<b>3.296.025</b>	<b>1.239.272</b>	<b>4.535.297</b>
<i>Resultados antes impostos</i>	<b>-288.814</b>	<b>16.518</b>	<b>-272.295</b>

**Demonstração do Resultado por Km percorrido**

	<b>Interurbana</b>	<b>Turismo</b>
Custos Exploração / Km	2,41	2,59
Outros Custos / Km	0,03	0,13
Total de Custos / Km	2,44	2,72
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Interurbana</b>	<b>Turismo</b>
Proveitos de Exploração / Km	2,17	2,73
Outros Proveitos / Km	0,08	0,03
Total de Proveitos / Km	2,24	2,76
<b>Resultado / Km</b>	<b>-0,20</b>	<b>0,04</b>

**Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado**

	<b>Interurbana</b>	<b>Turismo</b>
Custos Exploração / Passageiro	2,05	2,50
Outros Custos / Passageiro	0,03	0,13
Total de Custos / Passageiro	2,08	2,62
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Interurbana</b>	<b>Turismo</b>
Proveitos de Exploração / Passageiro	1,85	2,63
Outros Proveitos / Passageiro	0,06	0,03
Total de Proveitos / Passageiro	1,91	2,66
<b>Resultado / Passageiro</b>	<b>-0,17</b>	<b>0,04</b>

O resultado líquido deste exercício é negativo em 272.174,63 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas foi de 16 euros. Os impostos diferidos no montante de 136 euros e reflectem-se nas Demonstrações Financeiras num total de imposto sobre o rendimento de 120 euros.

Atendendo aos prejuízos fiscais acumulados, a SG registou uma imparidade de 31 mil euros relativos aos Pagamentos Especiais por Conta de IRC efectuados nos exercícios de 2008 a 2011 em virtude da previsão de não obtenção de resultados positivos futuros que possam gerar imposto naquele montante.

Os dois serviços que compõem a actividade da SG apresentam os seguintes Resultados antes de impostos:

- Interurbano um resultado negativo de 289 mil euros;
- Turismo um resultado positivo de 17 mil euros.

O resultado negativo do exercício é inferior ao do ano anterior em 277 mil euros.

Abaixo apresenta-se as variações mais significativas das rubricas da demonstração dos resultados, comparativamente ao exercício anterior:

## **Gastos**

### **Reduções**

- Nos gastos com o pessoal em 118 mil euros, que corresponde ao corte do subsídio de férias, por decisão do Governo Nacional, e das horas extras e respectivos encargos;
- Nas imparidades de dívidas a receber em 94 mil euros. No ano anterior efectuamos ajustamentos no montante de 131 mil euros e neste exercício de 37 mil euros;
- Nos aumentos e reduções do justo valor em 246 mil euros e deriva do ajustamento efectuado no exercício anterior nas obrigações detidas do BPSM;
- Nos gastos de depreciação e amortização em 130 mil euros, é essencialmente de viaturas em fim de vida útil.
- Nos gastos e perdas em 98 mil euros e refere-se á redução da Indemnização Compensatória do ano de 2009 registada em 2010 no montante de 112 mil euros e em contrapartida em 2011 um aumento de 17 mil euros referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas.

### **Aumentos**

- Nos fornecimentos e serviços externos em 237 mil euros sendo o gásóleo que se destaca em 171 mil euros, o que corresponde a um aumento de 16,6 %, esta variação deve-se ao aumento do preço unitário/litro e não a qualquer aumento do consumo, pois este, foi reduzido em cerca de 10 mil litros. Nas outras rubricas, regista-se um aumento de 93 mil euros na conservação e reparação de viaturas, nos subcontratos no montante 26 mil euros e uma redução nos serviços de lavagens em 65 mil euros;

- Nos outros juros e gastos similares, em 10 mil euros, deve-se ao aumento das taxas de juro e periodicidade do empréstimo, existente na Caixa Geral de Depósitos por 18 meses, sendo 6 no ano de 2010 e 12 do ano de 2011.

## **Rendimentos**

### **Aumentos**

- Nos subsídios à exploração em 90 mil euros referente ao aumento da estimativa da Indemnização Compensatória para 2011;

### **Reduções**

- Na prestação de serviços em 160 mil euros que representa 4,2%. No serviço interurbano, bilhetes e passes verifica-se uma ligeira redução e deve-se essencialmente à diminuição da procura. No serviço de turismo verificou-se um aumento de 83 mil Euros, nos circuitos tabelados e uma redução de 252 mil Euros nos outros serviços. Esta redução reflecte uma diminuição na procura mas essencialmente a perda do cliente Escola B+S Alfredo Ferreira Cabral.
- Nos outros rendimentos e ganhos em 75 mil euros, que refere-se ao subsídio ao investimento reconhecido em 2010 no valor de 103 mil euros e que neste exercício não teve qualquer relevo. No entanto regista-se um aumento relativo á correcção da indemnização compensatória do ano de 2010.

Nas restantes rubricas de gastos e ganhos não existe nada de relevo a divulgar.

## Principais indicadores económico - financeiros

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação
Activo não corrente	526.369,71	686.656,91	-23,34%
Activo corrente	2.985.260,11	3.796.111,36	-21,36%
Diferimentos activos	10.330,07	97.139,42	-89,37%
Caixa e depósitos bancários	43.763,01	137.328,97	-68,13%
Total do activo	3.511.629,82	4.482.768,27	-21,66%
Capital realizado	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00%
Capital próprio	1.945.543,97	2.218.400,83	-12,30%
Passivo	1.566.085,85	2.264.367,44	-30,84%
Diferimentos passivos	53.694,18	50.812,72	5,67%
Vendas Prestações de serviços	3.625.333,51	3.785.298,60	-4,23%
Resultados operacionais	-242.450,95	-549.709,03	-55,89%
Resultados antes de impostos	-272.295,48	-569.753,14	-52,21%
Imposto s/ o rend. do exercício	120,85	20.516,41	-99,41%
Resultado líquido do exercício	-272.174,63	-549.236,73	-50,44%

### INVESTIMENTO

Neste exercício, não foi efectuado qualquer investimento além da reconstrução de órgãos de substituição de viaturas.

### DESINVESTIMENTO

Procedeu-se somente ao abate de alguns órgãos de viaturas, tendo sido substituídos por outros reparados.

### CAPITAL PRÓPRIO

Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida por lei, artº. 35 do Código das Sociedades Comerciais. Neste sentido deve a accionista tomar medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.

## **FINANCIAMENTO**

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

As medidas impostas pelo Governo, através dos diversos diplomas publicados e a publicar, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destaca-se destas medidas, a redução de custo em 15%, relativamente a 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal, o aumento do tarifário e consequentemente a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em activos, a não contracção novos empréstimos e redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias. Outra medida será a alienação da SG, de acordo com o PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) da Região Autónoma da Madeira, atendendo que tem uma participação indirecta do Estado, através da empresa - mãe HF. Esta medida deverá ser concretizada até 31/12/2012.

A SG vai desenvolver a sua actividade focalizada no cumprimento das medidas acima mencionadas.

O ajustamento da oferta à procura vai reduzir os custos, sobretudo nos operacionais.

Em principio em 2012 não serão efetuados investimentos em viaturas novas. No entanto a SG continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência de forma a atrair novos clientes em detrimento do uso do transporte particular.

O tarifário foi aumentado em Fevereiro de 2012, numa média de 15%. Este aumento não vai produzir ganhos proporcionais, pois se atendermos que a procura continua a baixar, que a taxa do IVA vai aumentar de 4 para 5% e que o custo do gasóleo continua a subir, por conseguinte, sem se reflectir no tarifário, os ganhos provenientes daquele aumento ficam praticamente neutralizados.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

A SG informa que, tal como no ano anterior, encontra-se perdido mais de metade do seu Capital Social, valor este não permitido por lei, devendo a sua accionista tomar as medidas necessárias para a sua reposição a níveis adequados.

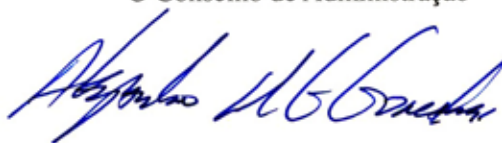
Este exercício decorreu sobre a responsabilidade do Sr. Presidente, Nuno Pinto Coelho Homem da Costa e dos dois vogais da actual Administração.

## APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício negativo em 272.174,63 euros seja transferido para Resultados Transitados.

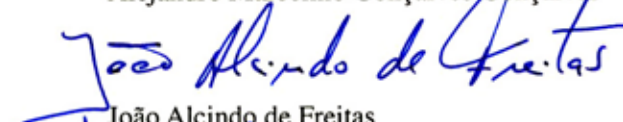
Funchal, 16 de Maio de 2012

O Conselho de Administração



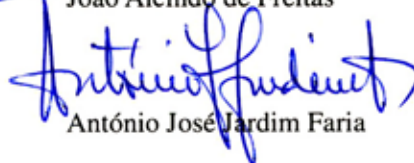
Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Presidente



João Alcindo de Freitas

Vogal



António José Jardim Faria

Vogal

## **Contas Do Exercício**



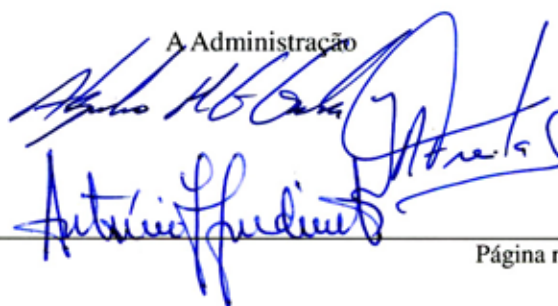
**BALANÇO**

Rubricas	Notas	exercícios	
		2011	2010
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	526.369,71	436.474,43
Outros activos financeiros	8		250.182,48
		<b>526.369,71</b>	<b>686.656,91</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		2.195,22	2.021,90
Clientes	10	503.925,29	1.057.703,00
Estado e outros entes públicos	11	197.784,21	223.865,80
Accionistas / sócios	7	399.066,55	360.781,30
Outras contas a receber	12	1.580.382,92	1.917.270,97
Diferimentos	13	10.330,07	97.139,42
Outros activos financeiros	8	247.812,84	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	43.763,01	137.328,97
		<b>2.985.260,11</b>	<b>3.796.111,36</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>3.511.629,82</b>	<b>4.482.768,27</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	14	5.000.000,00	5.000.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	15	55.883,80	55.883,80
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-2.838.807,45	-2.289.434,27
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	17	642,25	1.188,03
Resultado líquido do período		<b>-272.174,63</b>	<b>-549.236,73</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1.945.543,97</b>	<b>2.218.400,83</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	9, 16 e 17	159,55	296,00
Outras contas a pagar			
		<b>159,55</b>	<b>296,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	20	731.585,06	933.146,15
Adiantamento de clientes		126,92	115,38
Estado e outros entes públicos	11	42.457,76	42.643,74
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	32	458.985,94	708.985,94
Outras contas a pagar	19	279.076,44	528.367,51
Diferimentos	13	53.694,18	50.812,72
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>1.565.926,30</b>	<b>2.264.071,44</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.566.085,85</b>	<b>2.264.367,44</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>3.511.629,82</b>	<b>4.482.768,27</b>

O Técnico de Contas



A Administração



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	21	3.625.333,51	3.785.298,60
Subsídios à exploração	22	785.446,50	695.444,33
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-7.686,52	-9.299,76
Fornecimentos e serviços externos	23	-2.929.521,23	-2.692.978,08
Gastos com pessoal	24	-1.635.371,05	-1.753.757,59
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,11 e 12	-36.965,71	-130.920,78
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor	25	-2.369,64	-248.615,42
Outros rendimentos e ganhos	26	123.667,33	199.064,55
Outros gastos e perdas	27	-26.762,55	-125.042,32
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-104.229,36</b>	<b>-280.806,47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 28	-138.221,59	-268.902,56
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-242.450,95</b>	<b>-549.709,03</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	29	-29.844,53	-20.044,11
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-272.295,48</b>	<b>-569.753,14</b>
Imposto sobre rendimento do período	9	120,85	20.516,41
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-272.174,63</b>	<b>-549.236,73</b>

O Técnico de Contas



A Administração



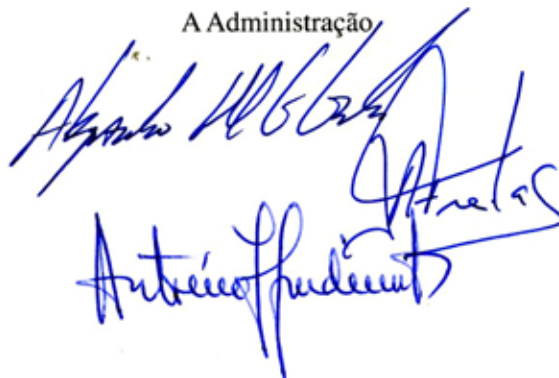
## Fluxos de Caixa

RUBRICAS	exercícios	
	2011	2010
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	3.551.169,34	3.110.342,81
Pagamento a Fornecedores	-3.895.392,98	-4.121.219,38
Pagamentos ao Pessoal	-1.008.456,42	-1.059.582,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.352.680,06	-2.070.459,21
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-7.384,80	-3.614,68
Outros recebimentos / pagamentos	1.647.008,98	1.695.533,64
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>286.944,12</b>	<b>-378.540,25</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-118.102,41	-2.699,82
<b>Recebimentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis		
Juros e Rendimentos similares	12.786,70	10.150,25
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-105.315,71</b>	<b>7.450,43</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento Obtidos	0,00	918.985,94
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamentos Obtidos	-250.000,00	-710.000,00
Juros e gastos similares	-25.194,37	-20.755,85
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-275.194,37</b>	<b>188.230,09</b>
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-93.565,96</b>	<b>-182.859,73</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	137.328,97	320.188,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	43.763,01	137.328,97


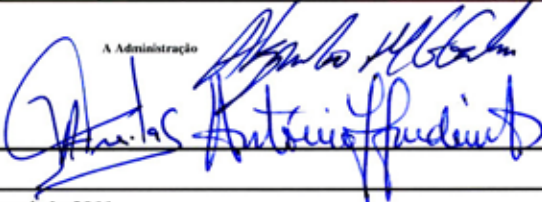
O Técnico de Contas



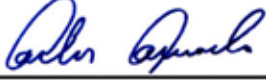
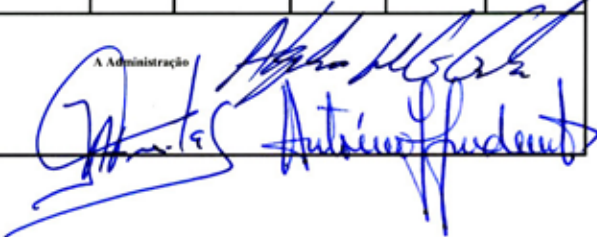
A Administração



Demonstração das alterações no capital próprio no período 2010							Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>Posição no Início do Período N-1</b>	1	5.000.000,00	38.893,36	(2.613.575,63)	83.416,63	361.688,90	2.870.423,26
<b>Alterações no Período</b>							
Primeira adopção novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças conversão demonstrações financeiras							
Realização exc. Reval. Act. fixos tang. intangíveis							
Exced. rev. Act. fixos tang e intang. resp. variações							
Reconhecimento de subsídios ao investimento	17				(102.785,50)		
Ajustamentos por impostos diferidos	16 e 17			(20.557,10)	20.556,90		(0,20)
Aplicação do resultado líquido do período	15 e 16		16.990,44	344.698,46		(361.688,90)	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2		16.990,44	324.141,36	(82.228,60)	(361.688,90)	(0,20)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3					(549.236,73)	(549.236,73)
<b>Resultado Extensivo</b>	4=2+3					(910.925,63)	(549.236,93)
<b>Operações c/ Detent. capital no Período</b>							
Outras operações	5						
<b>Posição no Fim do Período N-1</b>	6=1+2+3+5	5.000.000,00	55.883,80	(2.289.434,27)	1.188,03	(549.236,73)	2.218.400,83

O Técnico Oficial de Contas  A Administração 

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2011							Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>Posição no Início do Período N</b>	6	5.000.000,00	55.883,80	(2.289.434,27)	1.188,03	(549.236,73)	2.218.400,83
<b>Alterações no Período</b>							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do exced. reval de act fixos tang e intangíveis							
Excedentes rev. de act fixos tang e intang. resp variações							
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16 e 17			(136,45)	(545,78)		
Ajustamentos por impostos diferidos	16			(549.236,73)		549.236,73	
Aplicação do resultado líquido do período	7			(549.373,18)	(545,78)	549.236,73	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
<b>Resultado Líquido do Período</b>	8					(272.174,63)	(272.174,63)
<b>Resultado Extensivo</b>	9=7+8					277.062,10	277.062,10
<b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações	10						
<b>Posição no Fim do Período N</b>	11=6+7+8+10	5.000.000,00	55.883,80	(2.838.807,45)	642,25	(272.174,63)	1.945.543,97

O Técnico Oficial de Contas  A Administração 

## **Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados**

### **1 Nota Introdutória**

#### **1.1 Identificação da Entidade**

##### **1.1.1 Designação da Entidade**

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de Junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por acções, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

Objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

##### **1.1.2 Sede**

A S. G. é a pessoa colectiva nº. 511 007 116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

##### **1.1.3 Designação da empresa mãe**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de Junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por acções, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e actuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 16.500.000,00 Euros.

#### **1.1.4 Sede da empresa mãe**

A HF é a pessoa colectiva n.º 511026340, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 16 de Maio de 2012 são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

No final deste exercício, o Conselho de Administração sofreu uma alteração, pois a seu pedido, renunciou ao cargo que desempenhava, Presidente, o Senhor Superintendente Chefe Nuno Pinto Coelho Homem da Costa, tendo passado a integrar, a partir de 01 de Março de 2012, data em que foi eleito Presidente, o Senhor Doutor Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves.

Este exercício decorreu sobre a responsabilidade do Sr. Presidente, Superintendente Chefe Nuno Pinto Coelho Homem da Costa, no entanto, subscrito pelos actuais Administradores.

### **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não Foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, excepção feita aos bens do Equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do activo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (Equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respectivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são activos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual.



Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2011, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efectuar qualquer alteração. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	3 a 10
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, vão ser revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 13 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos activos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Activos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar-se provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar-se virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;

- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de Maio de 2012, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 31.

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

## **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem

determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

### **Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória**

Os subsídios atribuídos pelo Governo regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

Ainda de acordo com o mesmo protocolo o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, que contribuem com os elementos necessários ao seu apuramento.

### **Vidas úteis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.



Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2011 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correcção.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

### **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4 Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	1.048,18	748,97
Montepio	591,38	1.130,45
Banco Espírito Santo	29.027,66	23.055,52
Banif	367,04	22.946,94
Caixa Geral de Depositos	5.388,28	83.359,23
Millenium BCP	6.261,24	4.051,43
Santander Totta	79,23	1.036,43
Outros depósitos bancários		
Millenium BCP		
	43.763,01	137.328,97

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

## 6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	3,95	3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26	9.729,26
Equipamento básico	11.606.117,13	12.212.831,37
Equipamento administrativo	39.200,07	39.200,07
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69	4.389,69
	<b>11.659.440,10</b>	<b>12.266.154,34</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-138.221,59	-258.842,58
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-10.994.848,80	-11.570.837,33
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	<b>-11.133.070,39</b>	<b>-11.829.679,91</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>526.369,71</b>	<b>436.474,43</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2011, são analisados como segue:

	(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	3,95						3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26						9.729,26
Equipamento básico	12.212.831,37	245.737,97				-852.452,21	11.606.117,13
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	39.200,07						39.200,07
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69						4.389,69
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00						0,00
	<b>12.266.154,34</b>	<b>245.737,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-852.452,21</b>	<b>11.659.440,10</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>							
Terrenos e recursos naturais	-3,95						-3,95
Edifícios e outras construções	-9.729,26						-9.729,26
Equipamento básico	-11.778.691,17	-138.221,59				834.830,44	-11.082.082,32
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	-36.865,17						-36.865,17
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	-4.389,69						-4.389,69
	<b>-11.829.679,24</b>	<b>-138.221,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>834.830,44</b>	<b>-11.133.070,39</b>
<b>Total</b>	<b>436.475,10</b>						<b>526.369,71</b>

As variações ocorridas no período correspondem a reparações efectuadas em vários componentes de substituição das viaturas da empresa e que deram lugar aos respectivos abates.

## 7 Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo não corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	0,00	0,00
<b>Activo corrente</b>		
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A	399.066,55	360.781,30
	399.066,55	360.781,30
<b>Passivo não corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>	0,00	0,00
	0,00	0,00

Refere-se ao montante a receber da casa-mãe, referente à venda de títulos de transporte associados à prestação de serviços, interurbano, realizado pela Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

Não tem qualquer variação de relevo, são liquidadas ou recebidas de acordo com as disponibilidades de tesouraria.

## 8 Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo não corrente</b>		
Obrigações BCP	0,00	250.182,48
	0,00	250.182,48
<b>Activo corrente</b>		
Obrigações BCP	247.812,84	0,00
	247.812,84	0,00

A diferença ocorrida refere-se á transferência de activos não correntes para correntes, atendendo à libertação da penhora e á sua alienação, no decorrer do ano de 2012, tendo sido registada uma perda no valor de 21 mil euros, em face ao valor escriturado.

## 9 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal, decorrente das diferenças temporárias, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas				
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos				
Subsídios não reembolsáveis			136,45	20.557,10
	0,00	0,00	136,45	20.557,10

A SG não reconheceu impostos diferidos activos, dado que não espera lucros tributáveis futuros, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos passivos, referem-se a subsídios ao investimento e que neste exercício não têm qualquer significado.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Impostos correntes	-15,60	-40,69
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	136,45	20.557,10
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	120,85	20.516,41

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável, atendendo que na SG o seu resultado é negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

<b>Data limite de reporte</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
2011	1.314.628,16	1.314.628,16
2012	0,00	0,00
2013	110.420,31	110.420,31
2014	406.974,99	406.974,99
2015	235.481,93	0,00
2016	0,00	0,00
	2.067.505,39	1.832.023,46

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

Descrição	31-12-2011		31-12-2010	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2004				
Prejuízos fiscais 2005	1.314.628,16	262.925,63	1.314.628,16	262.925,63
Prejuízos fiscais 2006	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2007	110.420,31	22.084,06	110.420,31	22.084,06
Prejuízos fiscais 2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2010	406.974,99	81.395,00	406.974,99	81.395,00
Prejuízos fiscais 2011	235.481,93	47.096,39	0,00	0,00
	2.067.505,39	413.501,08	1.832.023,46	366.404,69

Para além dos prejuízos fiscais, que gerem impostos diferidos, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

## 10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	716.805,30	1.240.501,11
Empresas associadas	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
	716.805,30	1.240.501,11
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-30.081,90	-123.265,65
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-182.798,11	-59.532,46
	-212.880,01	-182.798,11
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>503.925,29</b>	<b>1.057.703,00</b>

As diferenças verificadas, no serviço interurbano, referem-se a regularizações/pagamentos efectuadas pelos clientes Escolas no 1º. Semestre de 2011.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	(valores em euros)			
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Serviços de turismo	180.740,11	30.712,90	200,00	211.253,01
Serviços de transporte interurbano	2.058,00	219,00	650,00	1.627,00
	182.798,11	30.931,90	850,00	212.880,01

A principal variação respeita a 2 ajustamentos do montante a receber dos clientes Zapveloz Viagens e Turismo e Rui Castro – Transporte Travel e Turismo ao qual a empresa deixou de prestar serviços em 2011.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

	(valores em euros)			
Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	391.969,31	134.742,85	24.504,87	165.588,27
	391.969,31	134.742,85	24.504,87	165.588,27

A antiguidade de saldos mais expressivos é de clientes, do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos à SG destacando-se a Empresa TMTC.



## 11 Estado e outros entes público

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	33.292,14	34.662,13
IVA a recuperar	15.050,67	111.805,03
IVA reembolsos pedidos	180.000,00	110.000,00
Sutotal	228.342,81	256.467,16
Imparidades	-30.558,60	-32.601,36
	197.784,21	223.865,80
<b>Passivo</b>		
Retenções de imposto sobre o rendimento	-9.428,77	-9.276,51
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	-33.028,99	-33.367,23
	-42.457,76	-42.643,74

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2011 a 30.559 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

No período a SG registou perdas por imparidade relativas a pagamentos especiais por conta de 6.696 euros, tendo revertido o montante de 8.739 euros.

## 12 Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos ao pessoal	0,00	6.510,00
Outros devedores	32.363,29	5.289,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.574.021,50	1.931.286,51
	<b>1.606.384,79</b>	<b>1.943.085,51</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	-187,33	-219,42
Imparidade de períodos anteriores	-25.814,54	-25.595,12
	<b>-26.001,87</b>	<b>-25.814,54</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.580.382,92</b>	<b>1.917.270,97</b>

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Outros devedores, no valor de 24 mil euros, refere-se a uma transferência da conta de Accionistas e Sócios, indevidamente classificada em 2010 e que face ao comparativo deste exercício estão em outras contas a receber.

O saldo da rubrica, devedores por acréscimos de rendimentos, refere-se aos Subsídios á Exploração dos exercícios de 2010 e 2011 serem pagos pelo Governo Regional da Madeira, e em 2010 referiam-se aos anos de 2008 (parte), 2009 e 2010.

## 13 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo</b>		
<b><i>Gastos a reconhecer</i></b>		
Seguros	9.312,47	90.971,93
Outros	1.017,60	6.167,49
	<b>10.330,07</b>	<b>97.139,42</b>
<b>Passivo</b>		
<b><i>Rendimentos a reconhecer</i></b>		
Passes	-53.694,18	-50.812,72
Outros	-	-
	<b>-53.694,18</b>	<b>-50.812,72</b>

No que concerne a gastos a reconhecer a redução corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, o qual foi registado em Dezembro de 2010 e em 2011 ainda não tinha sido apresentado pela companhia de seguros.

A conta de rendimentos a reconhecer, Passes, regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2012, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2011.

## **14 Capital realizado**

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 acções ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2011.

## **15 Reservas legais**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2011 totalizava 55.884 euros.

## 16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 549.237 euros, bem como, no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, a empresa reverteu o valor de 135,45 euros em Resultados transitados por conta dos impostos diferidos registados no período relativos a subsídios ao investimento.

## 17 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subsídios	801,80	1.484,03
Ajustamentos por impostos diferidos	-159,55	-296,00
	642,25	1.188,03

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento - subsídio aos sistemas de Bilhética e Apoio à Exploração, cujo proveito reconhecido no período foi de 682,23 euros, o imposto diferido associado àquele montante foi de 136,35 euros.

## 18 Financiamentos obtidos

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	458.985,94	708.985,94
De 1 a 5 anos	0,00	0,00
A mais de 5 anos	0,00	0,00
	458.985,94	708.985,94

A SG só tem um único empréstimo com data de vencimento a 13/01/2012.

## 19 Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Não corrente</b>		
Clientes		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros crédores		
Pessoal		
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos		115.342,31
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	152.348,19	235.484,77
Outros credores por acréscimos de gastos	16.678,44	11.611,70
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	105.712,80	161.931,53
Pessoal	4.337,01	3.997,20
	279.076,44	528.367,51

As variações mais significativas são como segue:

O montante de 152.348 euros é relativo a férias e subsídio de férias de 2011 a pagar em 2012, incluindo respectivos encargos sociais, a diferença corresponde ao corte do subsídio de férias de 2011, por decisão do Governo Nacional;

Fornecedores de investimento: Refere-se á aquisição de 5 viaturas em estado de uso e ao custo da reconstrução de uma viatura afecta ao serviço de turismo em dívida à empresa Mãe - Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A, no valor de 115.342 euros e liquidados no presente exercício;

Outros credores: Refere-se igualmente à Empresa - Mãe Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A que no ano anterior era no valor de 150.361 Euros entretanto já liquidado. No final do deste ano ascendia a 94.870 euros.

## 20 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores c/c		
Gerais	67.310,41	100.642,32
Empresa-mãe	664.274,65	832.503,83
Facturas em recepção e conferência		
	731.585,06	933.146,15

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

- Nos Fornecedores gerais referem-se essencialmente a valores liquidados no presente exercício;
- Nos Fornecedores Empresa – Mãe, Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. e refere-se aos seus fornecimentos, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas, liquidados durante o presente exercício.

## 21 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Serviços prestados</b>		
Bilhetes	1.266.132,48	1.276.102,73
Vinhetas e passes	1.133.068,00	1.119.417,72
Turismo	1.226.133,03	1.389.778,15
	3.625.333,51	3.785.298,60

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

No que diz respeito a títulos de transporte, bilhetes e passe verifica-se uma ligeira redução e deve-se essencialmente à diminuição da procura

Em relação ao Serviço de Turismo verificou-se um aumento de 83.388 mil Euros, nos circuitos tabelados e uma redução de 252.107 mil Euros nos outros serviços. Estas descidas reflectem uma redução na procura mas essencialmente a perda do cliente Escola B+S Alfredo Ferreira Cabral.

## 22 Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Indemnização compensatória	785.146,50	694.164,44
Outros	300,00	1.279,89
	785.446,50	695.444,33

A indemnização compensatória do ano de 2011 foi estimada em valor superior à do período anterior em 90 mil Euros, fazendo notar que em 2010 esta foi reduzida em 77 mil euros em conformidade o artº. 16 do Decreto Legislativo Regional nº. 14/2010/M. Este valor foi corrigido no presente exercício, atendendo que já foi confirmado que não há lugar a qualquer dedução.

## 23 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Subcontratos	46.120,63	20.302,35
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	20.544,26	11.745,90
Publicidade e propaganda	684,85	1.413,96
Vigilância e segurança		
Honorários		
Comissões	31.669,42	31.090,19
Conservação e reparação	1.242.058,01	1.213.725,03
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	4.456,00	4.135,20
Artigos para oferta		
Outros	601,93	664,00
Energia e fluidos:		
Electricidade	1.063,02	1.497,78
Combustíveis	1.200.173,40	1.029.313,96
Água	6.238,70	4.519,99
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	195,75	1.016,98
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias		
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	162.060,00	163.480,92
Comunicação	12.199,68	13.108,98
Seguros	183.791,52	177.541,29
Royalties		332,00
Contencioso e notariado	458,30	179,26
Despesas de representação	78,00	406,90
Limpeza, higiene e conforto	5.750,70	6.431,84
Outros serviços	11.377,06	12.071,55
	<b>2.929.521,23</b>	<b>2.692.978,08</b>



As variações mais significativas registaram-se nas seguintes rubricas:

Em combustíveis, 171 mil euros, o que corresponde a um aumento de 16,6 %, esta variação deve-se ao aumento do preço unitário/litro e não a qualquer aumento do consumo, pois este, reduziu em cerca de 10 mil litros.

Nas outras rubricas, regista-se um aumento de 93 mil euros na conservação e reparação de viaturas, nos subcontratos no montante 26 mil euros e uma redução nos serviços de lavagens em 65 mil euros;

## 24 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos órgãos sociais	36.033,12	36.633,12
Remunerações do pessoal	1.297.665,42	1.396.760,82
Outros benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	280.809,57	302.077,30
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.232,94	17.932,43
Gastos de acção social	0,00	103,92
Outros gastos com o pessoal	1.630,00	250,00
	0,00	0,00
	1.635.371,05	1.753.757,59

As remunerações expressas na rubrica remunerações dos órgãos sociais são atribuídas à empresa mãe, Horários do Funchal, pelo desempenho de cargos sociais dos seus membros do conselho de Administração na SG.

Nos gastos com o pessoal em 118 mil euros, que corresponde ao corte do subsidio de férias, por decisão do Governo Nacional, nas horas extras e nos respectivos encargos;

Distribuição do pessoal em 31 de Dezembro de 2011:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	67	70
Contratados a prazo	7	7
	<b>76</b>	<b>79</b>

## 25 Aumentos/reduções justo valor

O montante registado de 2.370 euros refere-se à redução de justo valor das obrigações detidas do Millennium BCP., em 2010 esta já havia ser reduzida em 248.615 euros.

## 26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Rendimentos suplementares	9.478,67	20.995,51
Ganhos em inventários	0,00	975,26
Outros	114.188,66	177.093,78
	<b>123.667,33</b>	<b>199.064,55</b>

Nos outros, rendimentos e ganhos, a variação mais significativa refere-se essencialmente ao subsídio ao investimento reconhecido em 2010 no valor de 103 mil euros e que neste exercício não teve qualquer significado. Refere-se também à correcção efectuada, neste exercício, da indemnização compensatória do ano de 2010.

## 27 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	0,00	72,13
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.861,06	2.746,74
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	17.621,77	
Outros	5.279,72	122.223,45
Outros Juros		
	26.762,55	125.042,32

As variações mais significativas registaram-se nas seguintes rubricas:

Os descontos de pronto pagamento, referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas;

Nos investimentos não financeiros, o valor de 17 mil euros é referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas;

Nos outros, refere-se essencialmente á redução da Indemnização compensatória do ano de 2009 registada em 2010 no montante de 112 mil euros.

## 28 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	138.221,59	268.902,56
Activos intangíveis		
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	138.221,59	268.902,56

Nos gastos de depreciação e amortização em 130 mil euros, é essencialmente de viaturas em fim de vida útil.

## 29 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Juros suportados	24.114,65	20.044,11
Outros gastos e perdas	5.729,88	0,00
	29.844,53	20.044,11

Os valores deste exercício referem-se essencialmente ao empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos e imputação dos respectivos custos.

## 30 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão além de senhas de presença ao Presidente e Secretário da Assembleia Geral no montante de 600 euros.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão.

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Vendas e prestações de serviço</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa	2.664,00	
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe	-2.953.068,46	-2.521.385,06
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-2.950.404,46	-2.521.385,06

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe	399.066,55	360.999,71
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe	-750.754,44	-1.101.377,50
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-351.687,89	-740.377,79

### 31 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa, com excepção da regularização do saldo da conta do fornecedor, C<sup>a</sup>. de Seguros Império Bonança, para o qual já haver perdão de dívida, no montante de 18.441,08 euros, bem como do empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos que foi prorrogado por mais um ano.

## 32 Outras informações

### 32.1 Empréstimos e Garantias Bancárias

#### Empréstimos:

Banco	Data do Contrato		Montante contratado	Em dívida 31-12-2011	Finalidade	Garantias
	Início	Vencimento				
CGD	20-07-2010	13-01-2012	918.985,94	458.985,94	I comp/2008	Livrança e c. conforto GRM
Total			918.985,94	458.985,94		

#### Garantia Bancárias:

Garantia solidária com a HF pelo pagamento de qualquer valor resultante do incumprimento de dois contratos de financiamento entre o BCP e a HF efectuados em 24/08/2004 e 24/11/2004 por 7 anos no montante de 2.000.000 de euros cada, vencendo-se em 24/08/2011 e 24/11/2011 respectivamente. Pelo exposto, esta garantia já devia ter terminado, no entanto, a HF não efectuou o pagamento da última prestação que se vencia em 24/11/2011 e entrou em mora de pagamento. O BCP não accionou a garantia e aceitou esperar pelo pagamento da prestação em falta por parte da HF.

Em 31/12/2011 o valor da garantia era de 125.000 euros e a SG tinha dado como garantia a penhora dos títulos de crédito Obrigações BPSM no montante de 498.798 euros.

**32.2 Anexo ao relatório do conselho de administração**

**Anexo ao relatório do conselho de administração  
a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades  
comerciais**

<b>ORGÃOS SOCIAIS</b> (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C)	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/10	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/11
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

<b>ACCIONISTAS</b> (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/10	<b>N.º. ACÇÕES</b> EM 31/12/11
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

**Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.**

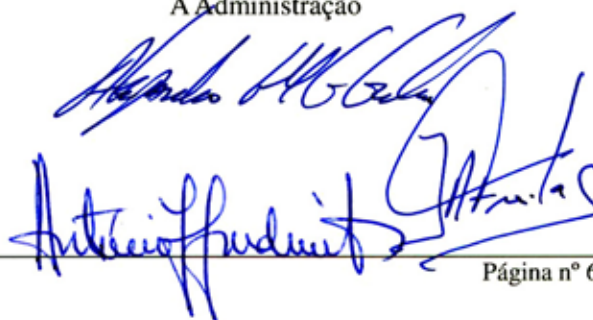
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2011  
a seguinte posição

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>N.º. ACÇÕES</b>	<b>%</b>
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100

O Técnico de Contas



A Administração





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 3.511.630 euros e um total de capital próprio de 1.945.544 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 272.175 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

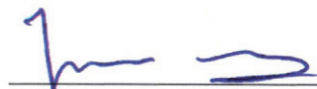
- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à semelhança do verificado em 2010, à data de 31 de Dezembro de 2011 encontra-se perdido mais de metade do capital social da Empresa, consequência do resultado líquido negativo registado quer no período quer em períodos anteriores, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no relatório de gestão. Pese embora o Conselho de Administração proponha aos accionistas da Empresa a reposição do valor dos capitais próprios a um nível adequado, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como duma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e indirectamente detentora da totalidade do capital da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., deverá proceder à privatização daquela Empresa no decorrer de 2012.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Funchal, 29 de Maio de 2012



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Tal como mencionado na ênfase da Certificação Legal das Contas, gostaríamos de salientar de novo que as demonstrações financeiras da Empresa continuam a evidenciar uma situação patrimonial deficitária pelo que, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, os Accionistas devem ser informados em Assembleia Geral da presente situação para que possam decidir sobre as medidas que considerem convenientes e de forma a serem cumpridas as prerrogativas definidas no referido artigo o mais brevemente possível.

Do Administrador Único e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Funchal, 29 de Maio de 2012

#### **O FISCAL ÚNICO**



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)